

---

# ***Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.17, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de janeiro de 2018, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.17 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2017, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2017 tomadas em conjunto.



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações




Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Patricio Marques Roche  
Contador CRC 1RJ081115/O-4

**Demonstrações financeiras**

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

**Em 31 de dezembro de 2018 com relatório dos  
auditores independentes**

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Notas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixas	4	19.568	96.244
Impostos a recuperar	5	10.514	11.033
Ativos da concessão	6	171.754	15.446
Despesas do exercício seguinte		224	140
Outros ativos circulantes		193	151
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>202.253</b>	<b>123.014</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativos da concessão	6	2.009.085	1.672.352
Tributos diferidos	7	153.550	73.829
Imobilizado		197	238
Intangível		75	68
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.162.907</b>	<b>1.746.487</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.365.160</b>	<b>1.869.501</b>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	84.839	4.927
Partes relacionadas	9	65	-
Salários e encargos sociais		652	470
Obrigações fiscais		5.002	709
Empréstimos e Financiamentos	10	33.964	-
Outros passivo circulantes		84	10
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>124.606</b>	<b>6.116</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	10	934.650	703.897
Tributos diferidos	7	339.312	236.059
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.273.962</b>	<b>939.956</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	11	992.000	896.000
Reserva legal		-	1.371
Dividendos mínimos obrigatórios		-	6.514
Reserva de retenção de lucros		-	19.544
Prejuízos acumulados		(25.408)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>966.592</b>	<b>923.429</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.365.160</b>	<b>1.869.501</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**  
 Demonstração dos resultados dos exercícios findos  
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>12</b>	<b>514.591</b>	<b>588.122</b>
Custo de construção	13	(441.575)	(425.715)
Serviços de terceiros		(533)	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b><u>72.483</u></b>	<b><u>162.407</u></b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal		(5.359)	(5.092)
Materiais		(55)	(85)
Serviços de terceiros		(2.884)	(2.718)
Tributos		(391)	(520)
Arrendamentos e Aluguéis		(953)	(407)
Depreciação		(71)	(64)
Seguros		(136)	(176)
Desmobilizações		(10.882)	-
<b>Total</b>		<b><u>(20.731)</u></b>	<b><u>(9.062)</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b><u>51.752</u></b>	<b><u>153.345</u></b>
Receitas financeiras	14	4.877	4.490
Despesas financeiras	14	(64.384)	(99.003)
<b>Resultado financeiro</b>		<b><u>(59.507)</u></b>	<b><u>(94.513)</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b><u>(7.755)</u></b>	<b><u>58.832</u></b>
Impostos de renda diferido	7	1.987	(14.660)
Contribuição social diferida	7	698	(5.295)
		<b><u>2.685</u></b>	<b><u>(19.955)</u></b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>(5.070)</u></b>	<b><u>38.877</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do exercício	(5.070)	38.877
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<u><b>(5.070)</b></u>	<u><b>38.877</b></u>



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Reservas de lucros</u>			<u>Lucro/Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Retenção de lucros</u>		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>475.000</b>	<b>30.000</b>	-	-	-	<b>(11.448)</b>	<b>493.552</b>
Integralização de capital	391.000	-	-	-	-	-	391.000
Integralização de capital com AFAC	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.877	38.877
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	6.514	-	(6.514)	-
Reserva Legal	-	-	1.371	-	-	(1.371)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	19.544	(19.544)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>896.000</b>	<b>-</b>	<b>1.371</b>	<b>6.514</b>	<b>19.544</b>	<b>-</b>	<b>923.429</b>
Integralização de capital	96.000	-	-	-	-	-	96.000
Efeito da adoção inicial do CPC 47 (nota 3.16)	-	-	-	-	-	(47.767)	(47.767)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.070)	(5.070)
Compensação do prejuízo nas reservas de lucro	-	-	(1.371)	(6.514)	(19.544)	27.429	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>992.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25.408)</b>	<b>966.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		(7.755)	58.832
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>			
Rendimentos sobre ativo de concessão		(211.119)	(174.301)
(-) Revisão de premissas sobre o ativo de concessão		89.062	-
Depreciação		71	64
Custo de captação do empréstimo	10	1.189	-
Reversão custo de captação do empréstimo 2017	10	(13.232)	-
Juros sobre empréstimos	10	75.606	-
		<u>(66.178)</u>	<u>(115.405)</u>
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais</b>			
Impostos a recuperar		519	(179)
Partes relacionadas		65	-
Despesas pagas antecipadamente		(84)	423
Outros ativos circulantes		(42)	(150)
Fornecedores		(4.490)	(26.791)
Obrigações fiscais		55.044	(1.698)
Salários e encargos		182	261
Outros ativos circulantes		74	10
<b>Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais</b>		<u>(14.910)</u>	<u>(143.529)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Imobilizado/Intangível		(37)	(77)
Ativos de Concessão	6	(358.883)	(413.823)
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		<u>(358.920)</u>	<u>(413.900)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital		96.000	421.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(30.000)
Juros pagos sobre debentures		-	(72.117)
Captação (pagamento) de debêntures		-	(416.899)
Custo de captação do empréstimo	10	(3.846)	-
Captação (pagamento) de empréstimos	10	205.000	703.897
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<u>297.154</u>	<u>605.881</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>(76.676)</u>	<u>48.452</u>
Início do exercício		96.244	47.792
Final do exercício		19.568	96.244
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(76.676)</u>	<u>48.452</u>
<b>Efeitos não caixa</b>			
Mudança na política contábil		-	-
Ativo Financeiro da concessão		(72.301)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo		15.734	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo		8.800	-
		<u>(47.767)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

### **1. Informações gerais**

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (“Companhia” ou “MSG”), sociedade anônima de capital fechado, com depósito inicial para formação do capital social em 10 de janeiro de 2014, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, 113, Pavimento 06, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão n.º 07/2013-ANEEL - Lote A nos estados de São Paulo e Paraná.

A atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Com a postergação das datas de entrada em operação comercial das parcelas que compõem a RAP do empreendimento, ressalta registrar a Nota nº 0463/2018 – SCT – ANEEL, apontado no termo de liberação parcial da Cantareira Transmissora de Energia S/A.

Assim como, o Requerimento com nº de Processo 48500.004578/2018-68, relativo à execução da garantia de fiel cumprimento do contrato de concessão com a ANEEL, encontrando-se em fase de instrução para julgamento em Reunião Pública de Diretoria da ANEEL.

Cabendo ressaltar que a MSG interpôs recurso junto à ANEEL referente à exclusão de responsabilidade quanto ao atraso na energização do empreendimento conforme Processo nº 48500.004578/2018-68.

A Companhia possui plano de captação de recursos através de emissão de debêntures no valor de R\$ 210.000.000,00 (Duzentos e dez milhões de reais) no primeiro semestre de 2019.

#### **1.1 Da Concessão**

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. arrematou o Lote A do leilão n.º. 07/2013 ANEEL realizado em novembro de 2013. O escopo desse leilão foi composto pelas seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná: (a) LT 500kV Itatiba – Bateias, 399 km; (b) LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba, 207 km; (c) LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 241 km; (d) SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; (e) SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300,+300) Mvar; e (f) SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

O Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão Nº 7/2013-ANEEL, foi publicado no Diário Oficial da União em 24 de março de 2013. O Contrato de Concessão nº 01/2014 foi assinado em 14/05/2014 com a ANEEL, pelo prazo de 30 anos, prevê a entrada em operação comercial em 42 meses após a sua celebração, com exceção dos 2º e 3º bancos de autotransformadores da SE Fernão Dias, cujo prazo é de 48 meses.

Desde o enquadramento do Projeto da MSG junto ao BNDES em outubro de 2015, a SPE aguardou mais de 2 anos até receber o 1º desembolso referente a este Financiamento. Tal mora fez com que de meados do ano de 2017 até o 2º trimestre de 2018 as obras tivessem que ser praticamente paralisadas. Esta paralisação fez com que a SPE não conseguisse cumprir com as datas contratuais de energização.

#### **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, junto às Autoridades Governamentais competentes.**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

(instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero.

### **2. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo.

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis, conforme detalhado na nota 3.12.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa suas estimativas anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas pela Diretoria da empresa em 25 de março de 2019.

#### **2.1 Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais (R\$) foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3. Práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### **3.1 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### **3.2 Receita Operacional**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

#### **3.3 Receita de Construção**

Reconhecimento de receita de construção, conforme IFRS 15, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação)

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

### **3.4 Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a concessão em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

### **3.5 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### **a) Ativos financeiros**

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e ativo financeiro da concessão.

#### **b) Passivos financeiros**

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são referentes à emissão de debêntures, empréstimos de longo prazo com o BNDES e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### **c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **3.7 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.8 Tributação**

A receita será recebida pela prestação de serviço de transmissão e estará sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- ▶ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- ▶ Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### **3.9 Ativo de contrato de concessão**

Ativo de contrato é um direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente. Se a Companhia concluir o desempenho por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes, que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar o contrato como ativo de contrato, excluindo quaisquer valores apresentados como recebível. A Companhia deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

### **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

### **3.11 Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) na constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Em seguida, ainda do lucro líquido serão destacados, caso necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e a de Lucros a Realizar, consoante o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei 6.404/76. Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será distribuído aos acionistas dividendos não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

### **3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

### **Impostos**

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **Outras provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.13 Compromissos com o meio ambiente**

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09.

### **3.14 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **3.15 Normas e interpretações novas e revisadas**

**3.15.1.** Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

**CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - A Companhia interpreta o ativo financeiro relativo as contas a receber da concessão, como mensurável ao custo amortizado de acordo do o CPC 48 , pois pretende manter estes ativos até seu vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais, que consistem nos pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto. Não foram identificados outros impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**3.15.2.** Norma emitida, mas ainda não vigente, até a data de emissão das informações da Companhia:

**CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil** - O CPC 06 (R2) foi emitido em dezembro de 2017 e substitui o CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de



## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na CPC 06 (R1).

O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Em 2019, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da CPC 06 (R2) nas suas demonstrações financeiras. A Companhia não espera impacto relevante decorrente da adoção de tal pronunciamento.

### **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019).**

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento e que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias, a Companhia usualmente consulta assessores jurídicos externos a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada e, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

### **Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Administração da Companhia acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

## **3.16 Adoção de novas normas e interpretações**

**CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contratos com clientes** - O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

## **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

---

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

### **Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica**

Diante das mudanças ocorridas referentes à nova norma de Receitas IFRS 15/CPC 47 surgiu a necessidade de revisitar o tratamento adotado referente à receita advinda dos contratos de concessão referentes a transmissão de energia elétrica.

Antes da adoção do IFRS 15/CPC 47, a Companhia contabilizava receita de operação e manutenção, receita de construção e atualização da taxa de retorno-transmissão como itens separados dentro das receitas agrupadas da RAP e alocava a contraprestação para cada modalidade de receita utilizando a abordagem de valor justo relativo.

De acordo com o IFRS 15/CPC 47, a Companhia avaliou que havia duas obrigações de performance nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica sendo elas a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade da mesma. Sendo assim a Companhia realizou uma realocação do preço das transações com base nos novos valores de receita de transmissão calculados de acordo com o IFRS 15/CPC 47.

De acordo com o IFRS 15/CPC 47, qualquer contraprestação ganha que seja condicional deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do IFRS 15/CPC 47, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros de transmissão circulantes e não circulantes e novos ativos de contrato foram reconhecidos no montante de R\$ 1.468.060. A diferença entre esses saldos teve sua contrapartida registrada reduzindo os lucros acumulados no montante de R\$ 72.301, em 1º de janeiro de 2018. Esta mudança impactou também no saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, aumentando os lucros acumulados no montante de R\$ 24.534, gerando uma redução líquida no patrimônio líquido de R\$ 47.767.

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia desempenhar suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

### **3.17 Reapresentação do exercício anterior**

A Companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa e receita líquida relativas a 31 de dezembro de 2017, originalmente autorizadas em 18 de janeiro de 2018 devido ao reconhecimento do PIS e Cofins diferidos sobre o ativo de concessão.

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

**Balanco Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2017</b>		
	<b>Publicado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Ativos da concessão	-	15.446	15.446
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>-</b>	<b>15.446</b>	<b>15.446</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativos da concessão	1.540.361	131.991	1.672.352
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.540.361</b>	<b>131.991</b>	<b>1.672.352</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.540.361</b>	<b>147.437</b>	<b>1.687.798</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	<b>31/12/2017</b>		
	<b>Publicado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos diferidos	88.622	147.437	236.059
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>88.622</b>	<b>147.437</b>	<b>236.059</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>88.622</b>	<b>147.437</b>	<b>236.059</b>

Reapresentação refere-se ao reconhecimento de PIS e COFINS ativo sobre a base do ativo de concessão e passivo diferido calculado sobre a receita de construção e remuneração do ativo de concessão sob a alíquota de 9,25%.

**Receita líquida**

	<b>31/12/2017</b>		
	<b>Publicado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Receita Bruta</b>			
Receita de Construção (a)	425.715	41.823	467.538
Rendimento sobre ativo financeiro	162.407	11.894	174.301
<b>(-) Tributos sobre a receita</b>			
PIS e COFINS diferidos	-	(53.717)	(53.717)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>588.122</b>	<b>-</b>	<b>588.122</b>

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

**Demonstração do Fluxo de caixa**

	31/12/2017		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>			
Rendimentos sobre ativo de concessão	(162.407)	(11.894)	(174.301)
	<b>(162.407)</b>	<b>(11.894)</b>	<b>(174.301)</b>
Ativos de Concessão	(425.717)	11.894	(413.823)
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(425.717)</b>	<b>11.894</b>	<b>(413.823)</b>

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos conta movimento	94	5
Aplicações financeiras – BB CP Corp. 10Milh (a)	5.675	96.114
Aplicações automáticas Itaú (b)	-	85
Aplicações financeiras – ABC CDB (b)	-	40
Aplicações financeiras – CEF CDB (c)	13.861	-
(-) Cheques a compensar	(62)	-
	<b>19.568</b>	<b>96.244</b>

(a) Os investimentos no Banco do Brasil são realizados através do Fundo RF CP 10 Milhões, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,2% a.a. e rentabilidade acumulada de janeiro a dezembro de 2018 foi de 6,02 % (equivalente a 96,49 % do CDI).

(b) As aplicações automáticas no Banco Itaú e no Banco ABC possuem rendimentos diários.

(c) Os investimentos na CEF – Caixa FIC Top Renda Fixa referenciado DI Longo Prazo, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,15 % a.a. e rentabilidade acumulada de janeiro a dezembro de 2018 foi de 6,29% (equivalente a 97,89 % do CDI).

**5. Impostos a recuperar**

Do saldo de R\$ 10.514 (R\$11.033, em 31 de dezembro de 2017), R\$ 9.674 referem-se ao imposto de renda retido sobre os resgates de aplicações financeiras e de depósitos judiciais e R\$ 840 referem-se a impostos recolhidos indevidamente, adicionado à correção monetária com base na taxa Selic vigente no mês. Este saldo pode ser compensado com tributos federais apurados antes e durante o período de operação da Companhia.

**6. Ativo de concessão**

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

**• Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

**• Modelo do ativo intangível**

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

**• Modelo bifurcado**

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão.

Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47, os quais encontram-se discriminados na nota 3.16.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito.

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão compostos abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
Ativo de Concessão - Amortizável	171.754	15.446
<b>Ativo não circulante</b>		
Ativo de Concessão - Amortizável	1.952.322	1.668.711
Ativo de Concessão - Indenizável	56.763	3.641

A movimentação está composta da seguinte forma:

	<u>Ativo de Concessão</u>
<b>Saldos em 31/12/2017 (Reapresentado)</b>	<b>1.687.798</b>
Mudança pratica contábil em 01.01.2018 (a)	(72.301)
<b>Saldos em 01/01/2018 Após mudança de prática</b>	<b>1.615.497</b>

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Adição	443.315
Atualização	211.119
Revisão de premissas (b)	(89.092)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>2.180.839</b>

- (a) Ajustes retroativos a 2017 conforme adoção do IFRS 15/CPC 47 referente ao ativo de contrato, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.
- (b) Ajustes dos saldos de 2017 conforme novas projeções de investimento e entrada em operação das linhas de transmissão, tendo como contrapartida o resultado do exercício de 2018.

**7. Tributos diferidos****Imposto de renda e contribuição social**

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, às posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência.

A constituição do ativo fiscal diferido está baseada em estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários gerados, pelo diferimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o prejuízo fiscal.

**PIS e COFINS**

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e remuneração do ativo de concessão sob a alíquota de 9,25%.

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
				(Reapresentado)
PIS e COFINS	-	-	198.188	147.437
IRPJ e CSLL	153.550	73.829	141.124	88.622
<b>Total</b>	<b>153.550</b>	<b>73.829</b>	<b>339.312</b>	<b>236.059</b>

A demonstração dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

**Imposto de renda e Contribuição Social**Ativo Diferido

Descrição	Base (Prejuízo Fiscal)	IR 25%	CSLL 9%	Total
Saldo em 31/12/2017	217.000	54.298	19.531	73.829
Adições	188.129	47.056	16.931	63.987
Reflexo mudança de prática IFRS 15	46.346	11.563	4.171	15.734
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>451.475</b>	<b>112.917</b>	<b>40.633</b>	<b>153.550</b>

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Passivo Diferido

<b>Descrição</b>	<b>Base (Remuneração do ativo financeiro/contrato)</b>	<b>IR 25%</b>	<b>CSLL 9%</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2017	(260.789)	(65.150)	(23.472)	(88.622)
Adições	(180.374)	(45.069)	(16.233)	(61.302)
Reflexo mudança de prática IFRS 15	25.956	6.464	2.336	8.800
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(415.207)</b>	<b>(103.755)</b>	<b>(37.369)</b>	<b>(141.124)</b>

Saldo líquido em 31/12/2017	(43.789)	(10.852)	(3.941)	(14.793)
Saldo líquido em 31/12/2018	36.268	9.162	3.264	12.426
Impacto PL		18.027	6.507	24.534
Impacto DRE		1.987	698	2.685

**8. Fornecedores**

O saldo de fornecedores está composto como se segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.	-	274
Avalicon Engenharia Ltda.	214	90
ETE Construções e Montagens Elétricas Ltda.	2.576	1.674
Alstom Grid Solutions Ltda.	801	475
Nexans Brasil S.A.	5.597	-
Elecnor do Brasil Ltda.	33.483	-
Bureau Veritas do Brasil Soc. Class. E Cert. Ltda.	-	1.928
Tabocas Participações.	18.914	-
Cobra Brasil Serv., Comunicação e Energia S.A.	22.261	-
Dossel Ambiental - Consultoria E Projetos.	556	-
Fornecedores Diversos.	437	486
<b>Fornecedores a pagar</b>	<b>84.839</b>	<b>4.927</b>

**9. Partes relacionadas**

A Companhia tem operações de contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção e de compartilhamento de custos com a acionista Copel Geração e Transmissão de Energia S.A. Os saldos a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Contas a pagar</b>	<b>Operação</b>		
Copel Geração e Transmissão de Energia S.A	Serviços de O&M	65	-
		<b>65</b>	<b>-</b>
<b>Resultado e imobilizado</b>	<b>Operação</b>		
Copel Geração e Transmissão de Energia S. A	Serviços de O&M	(533)	-
Copel Geração e Transmissão de Energia S. A	Comp., de Custos	(939)	(2.107)
		<b>(1.472)</b>	<b>(2.107)</b>

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

**Pessoal chave da administração.**

O pessoal-chave da Administração é formado pela presidência, diretorias, conselho fiscal e administrativo, e sua remuneração até dezembro de 2018 foi de R\$ 2.172 (R\$ 2.326 em dezembro de 2017).

**10. Empréstimos e financiamentos**

Em 30 de novembro de 2017, a Companhia assinou com o BNDES o contrato de financiamento de longo prazo, Nº 17.2.0371-1, de acordo com a DEC.DIR 581/2017, no valor total de R\$ 1,018 bilhão, pelo prazo de 16 anos, com o primeiro pagamento em julho de 2019 e último pagamento em junho de 2033, totalizando 168 parcelas mensais e consecutivas de pagamentos nas linhas FINEM e FINAME. Este financiamento está estruturado de acordo com as seguintes características adicionais:

Subcrédito A => R\$ 935,2 Milhões ao custo de TJLP + 2,28% a.a.

Subcrédito B => R\$ 83,3 Milhões ao custo de TJLP + 1,88% a.a.

Garantias => Penhor de ações, cessão de direitos creditórios emergentes da concessão, aval corporativo de COPEL Geração e Transmissão (50,1%) e Furnas Centrais Elétricas (49,9%), além de fiança bancária apresentada por Furnas.

A dinâmica dos desembolsos referentes a este financiamento pressupõe liberações à medida que a SPE comprove gastos junto ao BNDES. A primeira destas liberações ocorreu em 20 de dezembro de 2017, no valor bruto de R\$ 705 milhões, a segunda em 23 de março de 2018, no valor bruto de R\$ 105 milhões, e a terceira em 26 de julho de 2018, no valor bruto de R\$ 100 milhões. A Companhia estima que o saldo contratual seja desembolsado durante o 1º trimestre de 2019, mediante novas comprovações de despesas enviadas ao BNDES.

Este financiamento se adequa às necessidades da Companhia no que tange não somente à continuidade das obras, que visam à implantação do empreendimento, como também à preservação dos seus índices econômico-financeiros refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o prazo de vigência do financiamento, a Companhia deverá manter o índice de cobertura do serviço da dívida equivalente a, no mínimo, 1,20 versus a sua geração de caixa.

O saldo atualizado, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 968.614 (703.897 em 31 de dezembro de 2017), líquido de custos de transação.

<b>Composição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
BNDES Obras Civas - Principal	826.722	621.722
BNDES Máquinas e Equipamentos - Principal	83.278	83.278
BNDES Obras Civas – Encargos	69.996	1.692
BNDES Máquinas e Equipamentos – Encargos	7.563	261
BNDES - Custo de captação	<u>(18.945)</u>	<u>(3.056)</u>
	<b>968.614</b>	<b>703.897</b>
Circulante	33.964	-
Não circulante	934.650	703.897

A movimentação do empréstimo ocorreu da seguinte forma:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>		
Saldo no início do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Amortização do custo de captação do empréstimo	1.189	



**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Transferências do não circulante - principal	32.500	-
Transferências do não circulante - encargos	2.770	-
Transferências do não circulante - Custo de captação	(2.495)	-
Saldo no final do exercício	<u>33.964</u>	<u>-</u>
<b>Não circulante</b>		
Saldo no início do exercício	<u>703.897</u>	<u>-</u>
Aportes	205.000	705.000
Transferências do não circulante - principal	(32.500)	-
Encargos	75.606	1.953
Transferências do não circulante - encargos	(2.770)	-
Custo de captação do empréstimo	(17.078)	(3.056)
Transferências do não circulante - Custo de captação	2.495	-
Saldo no final do exercício	<u>934.650</u>	<u>703.897</u>
<b>Saldo final</b>	<b>968.614</b>	<b>703.897</b>

**11. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia está composto conforme abaixo:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor em R\$	Qtde de Ações Ordinárias	%	Valor em R\$	Qtde de Ações Ordinárias	%
Copel Geração e Transmissão S.A.	496.992	496.992.000	50,10%	448.896	448.896.000	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	495.008	495.008.000	49,90%	447.104	447.104.000	49,90%
<b>Total</b>	<b>992.000</b>	<b>992.000.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>896.000</b>	<b>896.000.000</b>	<b>100,00%</b>

**b) Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**c) Dividendos mínimos obrigatórios**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de agosto de 2018 a distribuição de lucros de dezembro de 2017 foi revertida para a reserva de lucros por incompatibilidade com a situação financeira da empresa, postergando a distribuição.

**d) Reserva de retenção de lucros**

Foram constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Companhia mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista.

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

**12. Receita operacional líquida**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Receita Bruta</b>		(Reapresentado)
Receita de Construção	443.315	467.538
Rendimento sobre ativo financeiro	211.119	174.301
(-) Revisão de premissas (nota 6)	(89.092)	-
<b>(-) Tributos sobre a receita</b>		
PIS e COFINS diferidos	(50.751)	(53.717)
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>514.591</b></u>	<u><b>588.122</b></u>

**13. Custo de construção**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Edificações e obras civis	(317.271)	(222.290)
Máquinas e equipamentos	(18.827)	(93.718)
Indenizações nas servidões	(85.101)	(40.154)
A ratear	(18.081)	(68.393)
Outros	(2.295)	(1.160)
<b>Total</b>	<u><b>(441.575)</b></u>	<u><b>(425.715)</b></u>

**14. Resultado financeiro**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	4.784	3.464
Outras receitas financeiras	327	1.229
<b>(-) Tributos sobre receitas financeiras</b>		
Pis	(32)	(28)
Cofins	(202)	(175)
<b>Total de receitas financeiras</b>	<u><b>4.877</b></u>	<u><b>4.490</b></u>
Juros sobre empréstimos	(75.606)	(72.117)
Custo de captação do empréstimo	(1.189)	
Despesas de debêntures (a)	(710)	(12.667)
IOF	(82)	(14.025)
(-) Reversão do IOF (b)	13.232	-
Outras despesas financeiras	(29)	(194)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<u><b>(64.384)</b></u>	<u><b>(99.003)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(59.507)</b></u>	<u><b>(94.513)</b></u>

(a) despesas com comissão de anuência para emissão de debêntures.

## Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

- (b) Montante referente ao IOF sobre empréstimos registrado em despesas financeiras em 2017 e reclassificado para o passivo em 2018, onde será amortizado conforme prazo de vigência do contrato com o BNDES.

### 15. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

### 16. Instrumentos financeiros

#### Avaliação dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, financiamentos e empréstimos, apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Em 31 de dezembro de 2018, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos Financeiros	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	31/12/2018	31/12/2017
			Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	19.568	19.568	96.244
Impostos a recuperar	10.514	-	10.514	11.033
Despesas pagas antecipadamente	224	-	224	140
Impostos diferidos	153.550	-	153.550	73.829
Ativos de Concessão	2.180.839	-	2.180.839	1.687.798
	<b>2.345.127</b>	<b>19.568</b>	<b>2.364.695</b>	<b>1.869.044</b>

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

<b>Passivos Financeiros</b>	<b>31/12/2018</b>			<b>31/12/2017</b>
	<b>Exigibilidades</b>	<b>A valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	84.839	-	84.839	<b>4.927</b>
Partes relacionadas	65	-	65	-
Salários e encargos	652	-	652	<b>470</b>
Obrigações fiscais	5.002	-	5.002	<b>709</b>
Empréstimos e financiamentos	968.614	-	968.614	<b>703.897</b>
Impostos diferidos	339.312	-	339.312	<b>236.059</b>
	<b>1.398.484</b>	-	<b>1.398.484</b>	<b>946.062</b>

Os valores justos das exigibilidades não diferem dos saldos contábeis, sendo os valores ajustados pela provisão de encargos.

**17. Eventos Subsequentes**

Em 30 de janeiro de 2019, a MSG recebeu por parte dos acionistas aporte de R\$ 80 milhões, divididos da seguinte forma: R\$ 40.080.000,00 por parte da acionista COPEL GeT e R\$ 39.920.000,00 por parte da acionista Furnas. Após este aporte o Capital Social Autorizado e Integralizado da SPE passou a ser de R\$ 1.072 milhões. Além disso ao final de fevereiro de 2019 a linha de transmissão Santa Barbara do Oeste entrou em operação comercial.

\* \* \*